

## **EXISTIU UM EDITO DE GALIENO?**

Moisés Antiqueira

### **RESUMO**

O artigo pretende levantar questões a respeito da historicidade do chamado edito de Galieno, cuja existência foi atestada apenas por Aurélio Vítor, historiador latino do século IV. Para tanto, serão consideradas as alterações que Galieno promoveu no exército romano, bem como alguns dados epigráficos que lançam luz sobre a composição social dos comandantes militares romanos nos meados do século III.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Edito de Galieno; Crise do século III; Aurélio Vítor.

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss some questions regarding the historicity of the so-called edict of Gallienus, whose existence was attested only by Aurelius Victor, a fourth-century Latin historian. To this end, it will be taken into consideration those changes Gallienus undertook in the Roman army, as well as some epigraphic data that shed light on the social milieu of the Roman military commanders in the middle of the third century.

### **KEYWORDS**

Edict of Gallienus; The crisis of the third century; Aurelius Victor.

O que teria sido o edito do imperador Galieno (253-268)? Consistiria em uma medida adotada pelo referido monarca no sentido de proibir o ingresso dos senadores na carreira militar e servir ao exército romano. Ou seja, o edito de Galieno extraía dos membros da ordem senatorial a tradicional prerrogativa de comandar as legiões. Isto se denota a partir da leitura de uma passagem elaborada pelo historiador Aurélio Vítor (c. 320-389/390?), autor das *Historiae abbreviatae*, compêndio de história que se estendia desde a Batalha de Ácio até o ano de 360, época em que Aurélio Vítor compunha a narrativa. Assim, em *Aur. Vict. Hist. abbrev. 33.33-34* lemos que

certamente aos senadores, além do mal-estar geral do mundo romano, os incitava o ultraje à sua própria ordem, pois aquele [isto é, Galieno] foi o primeiro que, por medo de sua própria indolência e de que o poder imperial passasse para as mãos dos nobres mais distintos, proibiu os senadores de seguir a carreira militar e servir ao exército.

Na sequência da narrativa, Aurélio Vítor assevera que esta proibição foi decorrente da promulgação de um edito, isto é, o historiador afirmava que se tratava de um ato jurídico (*Aur. Vict. Hist. abbrev. 37.5*). Não obstante, faz-se necessário ressaltar que as informações expostas por Aurélio Vítor figuram como as únicas evidências diretas à supramencionada interdição. Para além, exíguas são as fontes literárias contemporâneas aos meados do século III que se encontram disponíveis ao estudioso moderno. Herodiano provavelmente compôs sua obra histórica por volta de 250, porém abarcou eventos desenrolados a partir da morte de Marco Aurélio (161-180) e a ascensão de seu filho Cômodo (180-192) até o governo de Maximino, o Trácio (235-238) (DE BLOIS, 1984, p. 364). Por seu turno, não dispomos senão de poucos fragmentos dos escritos de outro autor de língua grega, o ateniense Herênio Déxipo, que elaborou uma *História* que tomava como ponto de partida o período mítico da história grega e avançava até o reinado de Cláudio, o Gótico (268-270), relacionando a cronologia romana com a helênica. Déxipo igualmente traçou um quadro acerca das invasões góticas em meados daquele século em uma obra denominada *Scythica*, finalizando ambas possivelmente ao tempo de Probo (276-282) (MILLAR, 1969, p. 22-23)<sup>1</sup>. No entanto, menção alguma ao “edito de Galieno” se vislumbra nos trechos de Déxipo que sobreviveram ao passar do tempo.

Os dois exemplos bastam para ilustrar o fato de que dependemos, em grande medida, de obras produzidas no século seguinte (ou mesmo posteriores) a fim de

apreendermos aspectos da história do Império Romano pertinentes à era de crises e transformações políticas, sociais e culturais que caracterizam as décadas entre o reinado de Maximino, o Trácio e a ascensão de Diocleciano (284-305).

Desta feita, as *Historiae abbreviatae* configuram um dos textos do século IV que nos legou impressões a respeito dos anos em que Galieno esteve à frente do Império. Malgrado o fato de ter composto uma resumida obra, devemos salientar que Aurélio Vítor dedicou espaço considerável – se cotejado à extensão do texto em si – ao reinado e à *persona* de Galieno. Contudo, o historiador tardoimperial retratou-o com as cores comuns aos piores tiranos, segundo a acepção Greco-romana. Ou seja, Galieno se encaixava ao arquétipo do “mau imperador” e o veto imposto aos senadores decorreria justamente do caráter indolente e indistinto do príncipe, do que resultou uma medida vil e ultrajante à nobreza senatorial. A época de Galieno, sendo assim, se caracterizaria na obra de Aurélio Vítor como sinônimo de decadência para o mundo romano, a ponto de ser definida como tempo de “desespero para os espíritos” (*animi desperatione*) (Aur. Vict. *Hist. abbrevu.* 33.5).

Portanto, a imagem negativa de Galieno transpareceria o apego de Aurélio Vítor à tradição aristocrática senatorial e aos respectivos ideais e valores daquela. Se, por um lado, as medidas políticomilitares de Galieno poderiam ter provocado fissuras na relação entre o imperador e os senadores, implicando uma situação desvantajosa para os últimos, por outro a tradição histórica cultivada por autores não-cristãos e de língua latina forjou-se em meio à desafeição nutrida pelo Senado diante da figura daquele monarca. Em outras palavras, na batalha travada no campo da memória histórica, os senadores fizeram ecoar a aversão dedicada a Galieno. No entender de den Boer (1972, p. 75-76), as linhas devotadas por Aurélio Vítor ao reinado de Galieno se costuraram por intermédio da conjugação de três pontos, a saber: a ênfase na proibição imposta aos senadores de comandarem as legiões, alimentando o ódio daqueles para com Galieno<sup>2</sup>. Tal apreciação pode ter sido agravada por um segundo fator, qual seja, o fato do imperador, indiretamente, ter contribuído para a perda de importância da cidade de Roma enquanto centro do governo imperial, uma vez que Galieno escolheu Milão como base de suas operações militares, rompendo os contatos diretos entre si mesmo e o Senado, visto que pouco permaneceu em Roma. E, por fim, a prática de tolerância levada a cabo pelo imperador diante dos adeptos da religião cristã, pondo fim à política

de perseguição levada a cabo por Décio (249-251) e trilhada por seu pai, Valeriano (253-260), teria colidido com os anseios de uma Cúria ainda pagã<sup>3</sup>.

Outrossim, Flávio Eutrópio, que escreveu um *Breviário de História Romana* por volta do ano 369 e, sobretudo, o autor anônimo da *História Augusta*, ao final do século IV, reiteram a imagem esboçada por Aurélio Vítor no que se refere ao governante em questão. Eutrópio, a bem da verdade, se apresenta menos incisivo, porém não menos crítico ao referir-se a Galieno. Afirma que este “primeiro governou o Império com êxito”, porém “ao final de maneira perniciosa” (Eutr., 9.8.1). Ademais, “durante muito tempo foi plácido e tranquilo, logo depois se abandonando a todo tipo de lascívia, soltou as rédeas do governo por desídia e desesperança” (Eutr., 9.8.1), ao que se seguiram as rebeliões provocadas por indivíduos como Póstumo, no Ocidente e Odenato de Palmira, no Oriente, a fim de salvaguardar o Império (Eutr., 9.11.1).

Por seu turno, nas páginas da *História Augusta*, lê-se que Galieno “[...] desperdiçou seus dias e noites no vinho e na devassidão e permitiu que o mundo fosse devastado por usurpadores em número de vinte, ao ponto de até mesmo mulheres governarem melhor que ele” (*SHA, Gall.*, 16.1). Galieno teria se regozijado com as notícias acerca do falecimento de Valeriano, pois isto lhe conferia o poder imperial e, ao assumi-lo, causou a ruína da república, em razão do modo de vida que cultivava e do trágico destino de seu pai, feito prisioneiro e morto pelos persas (*SHA, Gall.*, 1.1). Neste quadro, a crueldade seria um dos traços mais latentes do comportamento do imperador e incitava o temor de todos (*SHA Tyr. Trig.* 9.3; 26.1). Portanto, tais fontes aplicaram a Galieno o *topos* do tirano/cruel, pintando-o como um outro Nero (CIZEK, 2004, p. 64). Sobre o edito, todavia, Eutrópio e o ignoto autor da *História Augusta* silenciam e, pois, não corroboram este ponto específico apresentado nas *Historiae abbreviatae*.

Sendo assim, pretendemos avaliar em que medida a informação quanto à existência do edito resulta factível, tendo em mente as alterações administrativas e militares impulsionadas por Galieno no início dos anos 260 e as evidências indiretas que outras modalidades de fontes, sobremaneira as epigráficas, podem nos fornecer acerca do problema.

Vale relembrar, a princípio, que o reinado de Galieno cobriu um período de praticamente quinze anos, entre 253 e 268. Todavia, até o ano 260, Galieno governou ao lado de seu pai, Valeriano. Este, no ano de 253, comandava as legiões da Récia e da

Nórica quando se envolveu na guerra civil que opunha o imperador reinante, Treboliano Galo (251-253), e Emílio Emiliano, governador da Mésia Superior, que fora aclamado por suas legiões após comandar uma vitória sobre os godos naquela região. No decurso dos eventos, tanto Treboliano Galo quanto Emílio Emiliano viram-se abandonados e eliminados por suas próprias tropas, que acabaram por elevar à púrpura Valeriano<sup>4</sup>, a quem o Senado reconheceu como legítimo imperador no mês de setembro de 253.

Um fugaz período de estabilidade interna seguiu-se à ascensão de Valeriano, momento em que associou ao poder seu filho, isto é, Galieno, sob o título de *César*, ao passo que no ano seguinte o elevou à *Augusto*, confiando-lhe a administração da parte ocidental do Império. Valeriano, por sua vez, encarregou-se da tarefa de velar pela proteção das áreas orientais, uma vez que os persas sassânidas liderados por Sapor I cobravam as províncias da Síria e da Mesopotâmia, ao passo que os godos ameaçavam áreas romanas localizadas na Ásia Menor, principalmente as cidades costeiras banhadas pelo mar Negro.

Neste sentido, a autoridade imperial nas províncias ocidentais concentrava-se, em teoria, nas mãos de Galieno. Este teve que confrontar um grande número de incursões perpetradas por povos germânicos no *limes* renodanubiano, a começar pelo biênio 253-254, quando os alamanos haviam invadido a Récia, chegando mesmo a atingir terras italianas, enquanto que os marcomanos arrasaram áreas panonianas. Tais invasões repetir-se-iam com frequência nos anos posteriores. Entretanto, como postula de Blois (1976, p. 24), não se pode determinar em que medida Galieno adotou, por conta própria, ações políticas tendo em vista a administração e a defesa das regiões ocidentais ou meramente seguiu diretrizes ordenadas por seu pai no período em que ambos regeram o Império romano.

Assim sendo, voltaremos por ora nosso foco para o período imediatamente posterior à morte de Valeriano<sup>5</sup>, ou seja, os inícios dos anos 260, momento em que Galieno se tornou o único *Augusto* legítimo. Neste período Galieno se depararia com diversas crises de natureza políticomilitar, como atestam a emergência de revoltas em inúmeras províncias – e o conseqüente surgimento de alguns aspirantes à púrpura – e a insuficiência estrutural demonstrada pelo exército romano face às invasões promovidas por diferentes povos nos mais variados pontos da fronteira imperial.

Neste ensejo, a captura e o falecimento de Valeriano representaram um ponto de inflexão no desenrolar da história romana no século III, pois impulsionaram um desmantelamento das estruturas do poder imperial, manifestado pela proclamação de determinados oficiais, em alguns pontos do Império, por parte das legiões que comandavam (CHASTAGNOL, 1985, p. 40). Portanto, a partir de 260, coube a Galieno lidar com todos aqueles que se rebelassem ao longo do território imperial, ao que se adicionava a invasão das fronteiras do Reno e do Danúbio por parte dos alamanos, dos jutungos e dos francos<sup>6</sup> nos anos 259-260, bem como o incessante temor causado pelos persas no Oriente.

Desta feita, de que modo poderíamos definir as tendências de centrifugação do poder ao tempo de Galieno? Podemos afirmar que o crescente número de postulantes à púrpura antes refletisse o isolamento das legiões nas fronteiras, concomitante à incapacidade do imperador em conter as invasões naquelas áreas, do que propriamente um desafio consciente ao sistema imperial (BURNS, 2003, p. 296). Logo, à instabilidade do poder central correspondia o predomínio do exército, especialmente naquelas áreas que concentravam um grande número de legionários, como as províncias ilíricas, as duas Germânicas, a Capadócia e a Síria, algo que implicava um deslocamento do eixo do poder político rumo às áreas periféricas do Império.

Todavia, se o pano de fundo comum aos levantes militares seria a desarticulação dos laços que envolviam o imperador ao centro e os militares nas franjas do Império, galvanizada pela seqüência de incursões de povos externos rumo às fronteiras romanas, o contexto específico das respectivas áreas que assistiram ao florescer de um usurpador lança luz às causas suficientes que fomentaram cada revolta. Assim, faz-se oportuno esboçarmos um breve quadro acerca de cada um desses levantes.

Ainda em 259<sup>7</sup>, o governador da Germânia Inferior, Póstumo, insurgiu-se contra a autoridade imperial. O interesse imediato do rebelado seria restabelecer as defesas romanas situadas às margens do Reno, uma vez que Galieno as desarticulou no ano anterior ao enviar boa parte das guarnições estacionadas naquela região para sanar as necessidades militares de seu pai no Oriente e, com efeito, expôs as Germânicas e as Gálias às infiltrações dos alamanos e dos francos (BURNS, 2003, p. 259). A tarefa de reassentar os recursos militares – cuja mão de obra foi em parte recrutada entre os bárbaros – impedia que Póstumo empreendesse qualquer ofensiva contra a Itália e as

demais regiões sob o domínio efetivo de Galieno. Mesmo quando Valeriano foi derrotado pelos persas, canalizando uma eclosão de revoltas que debilitavam ainda mais a posição de Galieno, Póstumo não demonstrou intenções de invadir a Península Itálica. Pelo contrário, procurou estabilizar e defender dos ataques dos povos germânicos as áreas que se encontravam sob seu controle<sup>8</sup>.

Por sua vez, Ingênuo, comandante militar na Panônia, foi proclamado imperador no ano de 260<sup>9</sup>. Galieno marchou para a região e rapidamente suprimiu a revolta<sup>10</sup>, derrotando Ingênuo na localidade de Mursa. Entretanto, pouco tempo depois, um provável membro da ordem senatorial, Regaliano, também veio a ser aclamado pelas tropas e pelos habitantes daquela região. Esta escalada de levantes na área refletia, a nosso ver, a incapacidade do poder central em salvaguardar a região do Alto Danúbio, que sofria com os avanços dos quados e dos sármatas roxolanos que, inclusive, foram os responsáveis pelo fim de Regaliano.

Em setembro daquele mesmo ano, igualmente sob o impacto da notícia do morte de Valeriano<sup>11</sup>, os militares lotados no Oriente decidiram escolher um novo imperador. O prefeito do pretório Balista, que acompanhava Valeriano na campanha contra Sapor I, apontou como sucessor daquele um membro da ordem eqüestre de nome Fúlvio Macriano, oficial do exército que também mantinha relações próximas com o desafortunado Valeriano. A idade avançada do indicado levou-o a refutar a honraria, porém não o impediu de proclamar, por outro lado, seus dois filhos, Macriano *Junior* e Quietos. A vitória de Balista sobre os persas após a captura de Valeriano propiciou ares de legitimidade ao governo dos dois filhos de Macriano, que foram inclusive reconhecidos como imperadores em várias áreas do Oriente e no Egito<sup>12</sup>. Era inevitável, pois, que em um dado momento tivessem que confrontar Galieno. Doravante, os dois Macrianos, pai e filho, marcharam em direção aos Bálcãs, ao passo que Quietos e Balista permaneceram no leste a fim de sedimentarem sua posição.

No outono de 261, porém, Auréolo, comandante das forças de Galieno, derrotou os dois Macrianos na Trácia; estes últimos foram assassinados por suas próprias tropas após a derrota. Por fim, Quietos perdeu o controle das regiões orientais e acabou perecendo nas mãos dos habitantes de Emesa, na Síria, enquanto que Balista viria a tombar mortalmente ferido em um combate contra as forças de Odenato de Palmira<sup>13</sup>.

No Oriente, logo, Galieno tinha que se sustentar nas forças reunidas por Odenato a fim de manter a estabilidade na região. O imperador se encontrava incapaz de assumir pessoalmente o rechaço aos ataques perpetrados pelos persas, pois se deparava com o governo autônomo de Póstumo em parte considerável das províncias ocidentais, bem como havia a presença dos germanos, em especial dos alamanos, que então controlavam uma área entre o Alto Reno e o Alto Danúbio (os chamados Campos Decumates). Os palmiranos conseguiram defender as fronteiras orientais, e até mesmo recuperaram o controle sobre a Mesopotâmia. Porém, assumiram uma posição cada vez mais independente em relação a Roma, cindindo ainda mais o território do Império.

Neste contexto, a autoridade do imperador Galieno na virada dos anos 250-260 resumia-se a algumas áreas, sobretudo a Itália e as regiões a ela vinculadas, como o Norte da África, a Grécia (e parte da Ásia Menor) e, a duras penas, a Ilíria. Assim, a crise políticomilitar redundou em uma operacionalização do poder fracionada em três regiões geográficas. Logo, o domínio efetivo de Galieno limitava-se ao espaço supramencionado. As Gálias e outras regiões limítrofes, como a península Ibérica, as Germânicas e a Bretanha, compunham a esfera sob o controle de Póstumo. Por seu turno, o Oriente (Síria, Mesopotâmia e grande parcela da Ásia Menor) situava-se no raio de ação dos palmiranos, exceto o Egito, mantido sob a autoridade de Galieno.

Não obstante, a unidade do Império conservou-se inabalada, ao menos teoricamente. Não se denota uma contestação ao sistema imperial em si, isto é, nenhum governante ou usurpador almejou romper com a perspectiva daquela unidade por meio da fundação de novas instituições estatais. Em verdade, a competição pelo poder, que envolvia notadamente os *virii militares* em diferentes cenários, corporifica o aspecto mais saliente do processo que assinalaria, na prática, o fim do regime do Principado. Isto se devia ao fato de que equilíbrio político fomentado no seio da aristocracia imperial durante os dois primeiros séculos de nossa era sofreu considerável abalo em meios a sucessivas crises políticas; a partir destas, germinaria uma estrutura amplamente modificada, marcada, entre outros, por uma maior centralização do poder em torno do imperador e uma decorrente extensão do aparato burocrático (CHASTAGNOL, 1985, p. 41).

Neste ensejo, a necessidade de fazer frente a um estado quase permanente de guerra conduziu o imperador Galieno a modificar as estruturas do exército romano<sup>14</sup>,

próprias de um quadro institucional previsto para tempos de paz ou somente para ataques externos de curta duração, locados em uma ou no máximo duas frentes. Até aquele momento, as defesas romanas caracterizavam-se por serem estáticas, ou seja, as legiões permaneciam estacionadas ao longo de uma linha fortificada (o *limes*, por definição) ou, quando preciso, recuavam em conjunto. Esta configuração, no entanto, resultava em forças fragmentadas e isoladas entre si, condições estas que resultavam, na prática, em tropas numericamente inferiores em relação ao invasor em muitos pontos desta linha de defesa. Ademais, ressalte-se o tempo gasto pelas forças romanas em marcha, quando uma ou mais legiões tinham que se deslocar de seu posto original a fim de reforçar a defesa em determinada altura do *limes*. Tendo o inimigo rompido algum ponto, alcançaria o interior das províncias indefeso, podendo saqueá-lo sem grandes problemas (PFLAUM, 1976, p. 109). As simultâneas invasões ocorridas ao norte e a leste, combinadas às guerras civis e usurpações, expuseram a inerente fragilidade do sistema militar romano.

Diante deste quadro crítico, a mobilidade transformava-se em um imperativo. Para tanto, Galieno voltou-se para as forças de cavalaria que integravam o exército, que até aquele haviam sido empregadas em menor escala, se cotejadas à infantaria, enquanto arma de combate por parte dos romanos<sup>15</sup>. Saxer (1967 apud DE BLOIS, 1976, p. 27) assinala que Galieno recrutou cavaleiros junto às tropas auxiliares montadas, incorporando-as em brigadas de cavalaria separadas. Estes destacamentos teriam sido constituídos por “dálmatas” e “mouros”, embora seja provável que o imperador os formasse igualmente a partir dos corpos de cavalaria que integravam uma legião e eram compostos aproximadamente por 120 homens.

Os efetivos da nova força de cavalaria instituída por Galieno foram concentrados em entroncamentos viários estratégicos no interior das províncias, a partir dos quais poderiam ser acionados para contrapor-se aos assaltos dos inimigos que se espalhavam território romano adentro com celeridade proporcional à dos invasores. Ou seja, os deslocamentos destas unidades eram operados através do bem organizado complexo de estradas que recortava todo o Império. Sustenta de Blois (1976, p. 27-28) que esta formação particular teria sido reunida originalmente entre os anos 254-258, para fazer frente às tribos germânicas na fronteira renana, talvez reavivando uma experiência

similar àquela de Maximino, o Trácio na Germânia em 235, quando a utilização de cavaleiros originários da Osroena mostrou-se eficaz no embate contra os alamanos.

Iniciada a década de 260, a grande maioria das tropas montadas permaneceu acampada em Milão, visto a ameaça de uma invasão perpetrada por Póstumo, do lado ocidental, e dos alamanos que já controlavam os Campos Decumates e, portanto, se encontravam bem próximos da Itália do Norte (DE BLOIS, 1976, p. 28). Tais efetivos configuravam, assim, um corpo de cavalaria agrupado em torno do imperador e, graças à grande mobilidade que dispunham, poderiam intervir com rapidez em diversas frentes. Estacionado ao norte da Península Itálica, esse corpo de cavaleiros constituía, pois, a espinha dorsal de um exército de campanha centralizado, sob os cuidados do próprio imperador ou de um oficial próximo a ele, formando uma reserva estratégica localizada atrás das legiões, ainda acantonadas junto às fronteiras<sup>16</sup>. Foi por meio deste exército de campanha que Galieno conseguiu repelir as incursões efetuadas pelos alamanos e os hérulos durante a década de 260.

Detalhe importante, essas forças móveis deveriam ser comandadas apenas por oficiais de carreira<sup>17</sup>, promovidos usualmente dentre os centuriões e os primipilos<sup>18</sup>. Tal determinação permite-nos estabelecer uma ponte entre a ideia da proibição imposta aos senadores, como descrita por Aurélio Vítor, e as medidas de reforma do exército romano à época de Galieno (PFLAUM, 1976, p. 111). Por sua vez, o imperador encorajou o crescimento de um grupo de elite formado por altos oficiais, os chamados *protectores*. De acordo com Williams (1997, p. 25-26), Galieno confiava a estes oficiais as mais diversas tarefas, incluindo funções administrativas e financeiras, indicando-nos que o ingresso neste seleto conjunto representava um veio relevante de acesso a altos postos civis e militares.

Tais práticas exprimem um dos efeitos mais significativos das reformas perpetradas por Galieno no meio militar, ou seja, projetou-se um mecanismo independente para a ascensão social dos membros do exército, possibilitando para estes últimos competir com a antiga aristocracia senatorial por poder e autoridade<sup>19</sup>. Por conseguinte, os soldados não precisariam depender dos senadores para avançarem em sua carreira (BURNS, 2003, p. 307). Isto assinalaria, igualmente, a sobreposição política dos elementos provinciais – notadamente os ilíricos – à frente do Império, algo

ilustrado pela aclamação de comandantes como Cláudio, o Gótico, Aureliano, Probo, Caro, Diocleciano e Maximiano, que sucederiam à Galieno.

Além disso, o estabelecimento de uma força de cavalaria central permitiu, ao concentrar um contingente considerável de soldados junto do imperador, que este se opusesse rapidamente a qualquer rebelde que se sublevasse<sup>20</sup>. Configurava, pois, o símbolo de afirmação do poder legítimo contra a usurpação (CHRISTOL, 1975, p. 826). No entanto, esta nova estratégia militar carregava em seu bojo um risco político: se houvesse a necessidade de delegar a terceiros o comando sobre esta força, como ocorrera várias vezes, os indivíduos encarregados dessa função tornar-se-iam por tabela os indivíduos dotados de maior poder (e, logo, os mais perigosos) dentre os auxiliares do imperador. Auréolo iluminará tal proposição, ao sublevar-se contra o imperador em 268 (WILLIAMS, 1997, p. 25).

Resta, todavia, a questão a ser respondida: as alterações promovidas por Galieno no meio militar teriam sido igualmente acompanhadas por um efetivo veto aos senadores de integrarem o exército e comandarem as tropas, como assevera Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 33.33-34? O debate em torno da questão resulta bastante controverso, justamente porque, como posto anteriormente, a existência do edito foi relatada tão-somente por Aurélio Vítor em sua abreviada obra. Posto desta maneira, as conclusões quanto à historicidade do mesmo dependem em grande medida de uma análise das poucas inscrições e papiros que atestam a evolução das carreiras militares de determinados indivíduos durante o século III.

Tradicionalmente, o comando das legiões durante a época do Principado concentrava-se nas mãos da ordem senatorial. O legado senatorial (*legatus legionis*) era o encarregado de encabeçá-las, seguido pelo tribuno militar laticlavo, função essa dotada de menor responsabilidade e de limitado valor formativo, exercida por senadores em início de carreira. Ao comando da legião, o prosseguimento da carreira de um senador poderia efetuar-se sob a forma de um governo proconsular ou outro cargo igualmente prestigioso, como preconizava a concepção difundida no mundo romano de que “o homem público devia exercer indiferente e alternadamente cargos civis e comandos militares” (PETIT, 1989, p. 92). Logo, não se tratava de soldados em tempo integral; porém, a eles estavam reservados os principais postos de comando do exército imperial. As condições do século III, como colocado acima, desnudaram a inadequação

do sistema militar romano e demandavam homens com maior experiência prática, isto é, os soldados regulares que advinham dos mais baixos estratos sociais.

Neste sentido, as evidências epigráficas caminhariam na direção sinalizada pela descrição efetuada por Aurélio Vítor quanto à proibição de Galieno. O ponto essencial é que as inscrições que dispomos não atestam, de fato, qualquer tribuno laticlavo de legião a partir da segunda metade do século III. O último por nós conhecido data de maio do ano 249: trata-se de Júnio Tiberiano, tribuno militar laticlavo da décima legião *Gemina Pia Fidelis Deciana*, estacionada em Vindobona, na Panônia Superior, segundo consta no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, III, 4558 (apud ROMAN, 2001, p. 416)<sup>21</sup>. Os tribunos angusticlavos, provenientes da ordem equestre, os substituíram em seu ofício.

Mais importante ainda, o último legado de legião que conhecemos é C. Júlio Salústio Saturnino Fortunaciano, governador propretor da província da Numídia e comandante da terceira legião *Augusta Galliena* no período entre 260-262<sup>22</sup>. Deste momento em diante, os legados senatoriais cederam lugar aos prefeitos equestres de legião<sup>23</sup>, provavelmente os antigos *praefecti castrorum* (“prefeitos do acampamento”), suplantes naturais dos legados. Existem indícios, portanto, que nos permitem aventar que, a partir dos inícios da década de 260, não se encontravam mais comandantes militares de origem senatorial. Ora, tal momento coincide com as mudanças empreendidas por Galieno no exército imperial e, com efeito, fornecem substância à informação postulada por Aurélio Vítor.

Pois bem, à luz do material epigráfico, podemos balizar à época de Galieno o desaparecimento dos comandantes laticlavos de legião. Em assim sendo, resta analisar se tal ausência resultou efetivamente de um instrumento jurídico, como estipulou Aurélio Vítor.

Chastagnol (1992, p. 209) acredita que “a medida [ie., o “edito”] teve evidentemente notáveis conseqüências administrativas, em especial a substituição em muitas províncias de governadores de nível senatorial por cavaleiros”. Desta forma, Chastagnol reconhece uma relação de causa e efeito entre um eventual edito pronunciado por Galieno e a evolução observada no tocante à administração das províncias imperiais ao longo dos anos 250-280<sup>24</sup>, sinalizando que as províncias imperiais pretorianas – dotadas de apenas uma legião – foram todas confiadas a

*praesides* de nível eqüestre, em substituição aos legados senatoriais. As províncias imperiais consulares, que concentravam um número variado de legiões, apresentariam um grau maior de complexidade e nestas se estabeleceria uma alternância entre legados e *praesides*. Entretanto, os legados exerceriam apenas funções administrativas, enquanto que a iniciativa militar concentrar-se-ia nas mãos dos prefeitos eqüestres de cada legião, que não respondiam ao governador (CHASTAGNOL, 1992, p. 209-210)<sup>25</sup>.

Entretanto, Pflaum (1976, p. 109) considera que a medida abrangia somente os comandos militares, tal como afirmou, de maneira pura e simples, Aurélio Vítor em *Hist. abbrev.* 33.33-34. Neste caso, portanto, a proibição de Galieno não se estenderia à administração provincial. Prova disso se vislumbraria no que tangia à Celessíria, importante área do ponto de vista militar, posto que se avizinhava do território sassânida, para a qual se atesta senadores encabeçando a administração mesmo ao tempo de Diocleciano e Maximiano<sup>26</sup>. Sob essa ótica, a intenção de Galieno, ao impedir que os senadores liderassem as legiões, seria a de evitar que o espectro das guerras civis assumisse dimensão incontornável; em outras palavras, o imperador teria pretendido impor um obstáculo às rebeliões provinciais levadas a cabo por membros da ordem senatorial e, por isso, teria excluídos os últimos das fileiras do exército. Mas não poderia tolhê-los da administração civil, uma vez que isso significaria “extrair do Estado romano o seu profundo conteúdo ideal e a configuração que lhe era própria” (MAZZARINO, 2005, p. 549).

Diante de quadro tão incerto, ajuizamos que resulta impossível determinarmos a existência objetiva de um edito promulgado por Galieno, por meio do qual a ordem senatorial foi alijada do exército imperial, dada a inexistência de evidências diretas que comprovem o postulado de Aurélio Vítor. Contudo, tal constatação não inviabiliza por completo a proposição do historiador, pois que esta lança luz a uma realidade social de meados do século III, qual seja, a ausência de senadores no meio militar e, com efeito, se encaixa ao sentido denotado pela reforma militar promovida pelo imperador<sup>27</sup>. Logo, parece lícito empregar o termo “edito” para se referir à questão, visto que, como ensina Polverini (1975, p. 1034), o conteúdo a ele atribuído expressa o cerne de um processo de subtração dos fundamentos, sobretudo o militar, que sustentavam a autoridade política dos senadores, em curso ao longo do século III.

Neste sentido, pois, podemos aventar que o edito de Galieno concernia a um ato sobretudo técnico, que visava garantir maior eficiência às ações militares e destinado a assegurar a sobrevivência de Roma e, desta maneira, de modo algum concebido explicitamente contra a ordem senatorial (ROMAN, 2001, p. 414). Os senadores mostravam-se inaptos para a vida militar, pois a formação que adquiriam era sobremaneira ligada às letras e à retórica e desinteressada pelo árduo ofício das armas<sup>28</sup>. Acrescente-se também que havia a preocupação de se afastar tais indivíduos dos postos de comando do exército a fim de evitar as derrotas externas, assim como dificultar o retorno a uma situação análoga àquela observada no ano de 238 e os seus seis imperadores, impedindo que ricos senadores construíssem laços estreitos com parte dos soldados de uma maneira tal que reunissem condições de escolher os imperadores (DE BLOIS, 1976, p. 206).

A substituição dos legados senatoriais por prefeitos equestres à frente das legiões se situa, tenha sido fruto de um edito ou não, como um elemento que se integra a um processo de transformação das estruturas políticas imperiais<sup>29</sup>, ladeando-se ao incremento expressivo da quantidade de *praesides* à frente do governo das províncias. Isto não significa dizer, contudo, que tal substituição tenha sido a origem do aumento do número de *praesides* na administração provincial. De qualquer modo, todo esse processo nos relembra a capacidade flexível das instituições romanas, que foram sendo adequadas às novas condições sociais do século III.

Diante destas considerações, asseveramos que a medida não corresponderia a uma manifestação premente de hostilidade perante o Senado por parte de Galieno que, vale recordar, era oriundo daquele – ao contrário de seus sucessores originários das regiões ilíricas. As fissuras provocadas a partir da captura de Valeriano expuseram a debilidade do poder imperial que, por seu turno, exigiram a adoção de novas práticas a fim de garantir a manutenção do Império. Entretanto, uma possível interdição imposta aos senadores jamais iria ser aceita de bom grado por aqueles, pois afetava o orgulho, o “amor-próprio” da ordem senatorial, ciosa dos valores marciais que compunham o *mos maiorum*, do qual emergiam como os representantes por excelência. Além disso, mesmo considerando o edito em meio a uma síntese de longa duração entre as ordens equestre e senatorial no decorrer de boa parte do século III e início do século IV, que se

cristalizaria à época de Constantino (306-337), tal processo não se efetivou de maneira insensível e sem que houvesse oposição entre interesses diversos.

Sendo assim, os senadores não poderiam aceitar a situação de incapacidade manifestada por ocasião das práticas políticas adotadas por Galieno, posto afrontar a *dignitas* daqueles e, logo, tornou-se mesmo imperativa a condenação do homem odioso responsável por tamanho acinte. Embora não caiba analisar aqui, podemos concluir que a imagem de Galieno confeccionada nas fontes latinas não-cristãs exprime o inconformismo aflorado no âmago da elite senatorial diante das medidas adotadas nos inícios da década de 260.

## BIBLIOGRAFIA

ALFÖLDY, G. Der Heilige Cyprians und die Krise des römischen Reiches. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 22, n. 3, 1973, 479-501.

AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

BURNS, T. S. The barbarians and the “crisis” of the Empire. In: \_\_\_\_\_. *Rome and the barbarians*. 100 B.C.–A.D. 400. Baltimore; London: John Hopkins University Press, 2003. p. 248-308.

CHASTAGNOL, A. *L'évolution politique, sociale et économique du monde romain de Dioclétien à Julien*. La mise en place du régime du Bas-Empire (284-363). 2e éd. Paris: SEDES, 1985. (Regards sur l'histoire, 47).

\_\_\_\_\_. *Le sénat romain à l'époque impériale*. Recherche sur la composition de l'assemblée et le status de ses membres. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

CHRISTOL, M. Les règnes de Valérien et de Gallien (253–268): travaux d'ensemble, questions chronologiques. In: TEMPORINI, Hildegard. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 803-827.

CIZEK, E. L'empire avant l'avènement d'Aurélien. 2eme. ed. In: \_\_\_\_\_. *L'empereur Aurélien et son temps*. Paris: Les Belles Lettres, 2004. p. 27-88.

DE BLOIS, L. *The policy of the emperor Gallienus*. Leiden: Brill, 1976.

\_\_\_\_\_. The third century crisis and the Greek elite in the Roman Empire. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 33, n. 3, 1984, 358-377.

EUTRÓPIO; AURELIO VÍCTOR. *Breviário; Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Gredos, 1999. (Biblioteca clásica Gredos).

GRANT, M. *The collapse and recovery of the Roman Empire*. London; New York: Routledge, 1999.

MAZZARINO, S. *L'impero romano*. 15. ed. Roma; Bari: Laterza, vol. 2, 2005.

MILLAR, F. P. Herennius Dexippus: the Greek world and the third-century invasions. In: *Journal of Roman Studies*, London, vol. 59, n. 1/2, 1969, 12-29.

PETIT, P. *A paz romana*. Tradução João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1989. (Nova Clío).

PFLAUM, H.-G. Zur reform des Kaiser Gallienus. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, vol. 25, n. 1, 1976, 109-117.

POLVERINI, L. Da Aureliano a Diocleziano. In: TEMPORINI, Hildegard. (Hrg.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Berlin; New York: de Gruyter, vol. II.2, 1975. p. 1013-1035.

ROMAN, Y. *Empereurs et sénateurs*. Une histoire politique de l'Empire romain. Paris: Arthème Fayard, 2001.

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. *The scriptores historiae augustae*, with an English translation by David. Magie. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. III, 1998. (Loeb Classical Library).

TOMLIN, R. S. O. The army of the Late Empire. In: WACHER, John. (ed.). *The Roman world*. London; New York: Routledge, vol. 2, 2002. [1987]. p. 107-131.

WILLIAMS, S. Crisis. In: \_\_\_\_\_. *Diocletian and the Roman recovery*. New York; London: Routledge, 1997. [1985]. p. 13-38.

## NOTAS

<sup>1</sup> Podemos citar também, como fonte de informação, os tratados compostos por São Cipriano na década de 250, época marcada por uma epidemia de peste que se espalhou por todo o Norte da África e alcançou até a Ilíria. Na epístola *A Demétrio*, escrita em 252 ou no ano seguinte, o bispo de Cartago apresenta um retrato sombrio da sociedade imperial de seu tempo, no qual as catástrofes naturais, a peste e a fome se avolumavam e se complementavam. Ainda que, nos termos do discurso do autor cristão, os males que acometiam a referida época sinalizassem o fim dos tempos, como resultado da crise moral do paganismo (ALFÖLDY, 1973, p. 493), o texto nos fornece indícios sobre as turbulências que caracterizariam algumas áreas do mundo romano no período.

<sup>2</sup> Grant (1999, p. 26) afirma que a tradição histórica latina, uniformemente hostil no que concerne a Galieno, foi provavelmente construída em razão da proibição imposta aos senadores. Parece evidente que

a percepção de que Galieno tivesse lançado um ato contrário aos interesses da camada senatorial tenha exercido um papel na solidificação de um ajuizamento deveras negativo. Contudo, podemos apontar duas objeções em relação à interpretação de Grant: em primeiro lugar, não há elementos suficientes para avaliarmos em que medida a idéia do “edito de Galieno” influenciou a memória histórica acerca daquele imperador, pois somente Aurélio Vítor cita tal lei. Além disso, há de salientarmos que o autor insere o edito em uma análise histórica mais ampla, que não se limita à figura do imperador Galieno e seu reinado: em *Hist. abbrev.* 37.5-7, Aurélio Vítor refere-se ao edito em meio a uma pequena digressão acerca da desonrosa condição dos senadores no que tangia à administração imperial, tanto no passado quanto no presente (isto é, no momento em que o historiador redigia sua obra, por volta de 360). Este tema, não obstante, escapa aos objetivos que propomos no presente artigo.

<sup>3</sup> Embora engenhosas, as observações de den Boer parecem carecer de maior sustentação. A segunda metade do século III assistiu a emergência de “capitais” funcionais, dentre as quais podemos incluir Trier, Antioquia, além da já mencionada Milão. As necessidades de defesa conduziram os imperadores a residir em cidades localizadas próximo ou a caminho das fronteiras mais ameaçadas. Portanto, esta não foi uma marca exclusiva do governo de Galieno, mas a regra também para seus sucessores. Ademais, não nos soa razoável que os senadores romanos estivessem particularmente ocupados com questões que dissessem respeito à fé cristã ao tempo de Galieno.

<sup>4</sup> A rápida sucessão de imperadores, como bem ilustram os eventos ocorridos em 253, congrega um dos grandes problemas políticos com o qual a sociedade imperial teve de lidar nas cinco décadas decorridas entre os reinados de Maximino, o Trácio e Diocleciano. Nunca houve uma regra estabelecida ou instituto legal que oficializasse um procedimento no que tangia à transmissão do poder (GRANT, 1999, p. 3). Todavia, no período em questão, a sucessão dos imperadores assumiu uma rapidez alarmante, uma vez que os integrantes do exército muitas vezes assassinavam o imperador reinante e indicavam o seu sucessor que, não raro, findaria por conhecer a morte, de modo idêntico, pouco tempo depois.

<sup>5</sup> Os persas invadiram as províncias romanas da Síria e da Mesopotâmia em 259. Valeriano se deslocou até aquela região para rechaçá-los, porém foi feito prisioneiro pelos inimigos nos arredores de Edessa, cidade da Mesopotâmia, na primavera ou início do verão do ano seguinte (CHRISTOL, 1975, p. 820) e veio a falecer em cativeiro, algo inaudito no que concernia a um imperador romano.

<sup>6</sup> Estes grupos seriam os precursores das confederações bárbaras que emergiriam ao final do século. Provavelmente, estes ataques tinham apenas propósitos defensivos, por ocasião de alguma agressão promovida pelos legionários romanos ou tinham por objetivo promover saques nas áreas imperiais que se encontravam nos arredores dos locais onde as comunidades germânicas estavam assentadas. Neste caso, uma aglutinação de forças poderia facilitar a incursão nas fronteiras romanas, que poderia se estender até mesmo por um ano.

<sup>7</sup> Grant (1999, p. 23) situa-o em 260. Quanto à dificuldade em datar os eventos ocorridos no período abarcado, ver abaixo, n. 9.

<sup>8</sup> O chamado Império Gálico (259-274). Neste sentido conservava as instituições, a língua e a religião romana no interior dos territórios que englobava, porém não a autoridade do governo central de Roma.

<sup>9</sup> A cronologia destes eventos, na realidade, resulta em uma tarefa assaz delicada para o moderno historiador. A escassez de evidências epigráficas, no que concerne à emergência destes reclamantes ao trono, impede a realização de um trabalho prosopográfico mais aprofundado, ao que se associa à falta de dados cronológicos mais precisos nas fontes literárias que abrangem o período, casos de Aurélio Vítor, Flávio Eutrópio ou a *História Augusta*. Desta feita, Christol (1975, p. 815) advoga que a rebelião encabeçada por Ingênuo ocorreu dois anos antes, quando da morte do jovem César Valeriano, filho de Galieno que se encontrava sob os cuidados do futuro usurpador. A frágil posição deste último após a fatalidade ocorrida com Valeriano Júnior teria precipitado a revolta. Aurélio Vítor (*Hist. abbrev.* 33.2), porém, diz que Galieno “venceu Ingênuo, [...] a quem se tinha apoderado o desejo de governar após conhecer o desastre de Valeriano [ie., o pai de Galieno]”, afirmativa esta que se confronta com a proposta de Christol.

<sup>10</sup> Escorado sobre as fileiras de cavalaria, para as quais dedicaremos nossa atenção abaixo.

<sup>11</sup> Esta série de rebeliões ocorridas quando da captura ou após a morte de Valeriano pelos persas talvez indiquem que, aos olhos dos contemporâneos (ou, ao menos, no que se refere a certos oficiais do exército), Galieno não usufruísse a mesma autoridade que seu pai. Ou seja, a senioridade de Valeriano sobrepor-se-ia ao filho – ainda que, legalmente, o poder fosse compartilhado por ambos os *Augustos*. Neste sentido, quiçá Galieno não dispusesse de autoridade suficiente para ocupar o trono na condição de único e legítimo imperador (e sucessor de seu pai nas áreas orientais).

<sup>12</sup> O prefeito do Egito, Mússio Emiliano, apoiou a proclamação dos filhos de Fúlvio Macriano e, quando da queda destes, não lhe coube alternativa senão rebelar-se contra Galieno. Este enviou tropas para a área sob a chefia de Aurélio Teodoto, que sufocou a revolta. Mússio Emiliano morreu em março de 262.

<sup>13</sup> Aliada de Roma, a cidade de Palmira constituía um reino quase autônomo postado às margens da fronteira da Síria romana. Palmira caracterizava-se por uma intensa atividade comercial, dada sua privilegiada localização, a meio caminho de distância entre o mar Mediterrâneo e o rio Eufrates. Ao longo da década de 250, tendo em vista que o número de soldados romanos não se mostrava suficiente para atuar em diversos e simultâneos palcos de guerra, Valeriano viu-se obrigado a se apoiar cada vez mais no rei Odenato de Palmira a fim de conter a pressão exercida por Sapor I sobre as províncias romanas da Síria e da Mesopotâmia. Portanto, os palmiranos revelavam-se como importantes peças no jogo militar que envolvia a manutenção do territorial imperial naqueles tempos.

<sup>14</sup> Faz-se salutar lembrarmos que as medidas preconizadas por Galieno abrangiam, obviamente, apenas a parcela do Império que se encontrava sob seu efetivo controle. Logo, não concerniam à totalidade do mundo romano em si.

<sup>15</sup> Tomlin (2002, p. 108) esclarece que Trajano (98-117) e Septímio Severo (193-211) lançaram mão de forças independentes de cavalaria nas respectivas guerras que empreenderam. No entanto, foi somente ao tempo de Galieno que, pela primeira vez, tais forças foram agrupadas sob as ordens de apenas um comandante.

<sup>16</sup> Grant (1999, p. 37) estipula em torno de 30 mil o efetivo deste exército móvel de Galieno e lembra que se tratava de uma instituição bastante custosa, visto que à alimentação diária dos soldados somava-se uma equivalente manutenção dos animais, agravando o peso dos militares no cômputo das finanças imperiais.

<sup>17</sup> Indivíduos que possivelmente eram filhos de soldados e, pois, traziam consigo uma familiaridade com a vida na caserna desde a infância. O comando de um conjunto destas unidades em determinada região, configurando uma força ainda mais extensa, ficava a cargo dos *duces*, o que oferecia um novo patamar para a ascensão dos oficiais regulares.

<sup>18</sup> Ou seja, o primeiro centurião da primeira coorte.

<sup>19</sup> Cabe salientar, contudo, que se o Senado romano enquanto entidade política sofria mais um abalo, enquanto grupo social os senadores ainda conjugavam um formidável poderio econômico e social, desfrutando de imenso prestígio no interior da sociedade imperial (DE BLOIS, 1984, p. 359).

<sup>20</sup> Como atestado pela derrota de Ingênuo na Panônia.

<sup>21</sup> Devemos ressaltar que, no que se refere aos tribunos laticlavos, Chastagnol (1992, p. 209) alerta que existem outras inscrições, não datadas de maneira expressa, mas que poderiam nos conduzir às décadas de 250 e 260.

<sup>22</sup> Cf. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII, 2797 (apud PFLAUM, 1976, p. 113).

<sup>23</sup> Sob a titulação de *agens vice legati*, isto é, “aqueles que agem em nome do legado”. Recordemos, porém, que esta prática de substituição se delineava há algum tempo. À época de Septímio Severo, foram criadas três novas legiões e, ao contrário de todas as demais legiões então existentes (à exceção do Egito), foram instituídas sob as ordens de um prefeito (*praefectus legionis*), usualmente um oficial dotado de vasta experiência, selecionado dentre os primipilos, e não um legado advindo da ordem senatorial (TOMLIN, 2002, p. 107).

<sup>24</sup> Tendo em vista que as legiões estacionadas nesta modalidade de províncias ficavam sob a autoridade de governadores que pertenciam à ordem senatorial (*legati Augusti pro praetore*), concluir-se-ia que a exclusão referente aos comandos militares afetaria em algum grau a indicação de senadores para a administração provincial.

<sup>25</sup> Perspectiva análoga, confirmando a existência do edito, se denota em Cizek (2004, p. 68-69). Contudo, no entender de Christol (1975, p. 827), estas alternâncias corresponderiam a “anomalias” no seio dos quadros administrativos provinciais a partir dos anos 260, algo que colocaria em dúvida “o caráter sistemático” de uma proibição à época do reinado de Galieno.

<sup>26</sup> Tal era o caso de L. Artório Pio Máximo, varão claríssimo que governou a Celessíria após o ano de 286, como indica uma inscrição publicada por Seyrig (1937 apud PFLAUM, 1976, p. 113).

<sup>27</sup> De Blois (1976, p. 39) advoga que o “súbito desaparecimento” dos legados e tribunos laticlavos relacionar-se-ia a alguma medida postulada por Galieno. Porém, não haveria maneira de determinarmos com exatidão se tal decorreu de um edito oficial ou outro ato de natureza similar, ou se resultou meramente de uma repentina alteração na política de indicação para o comando das legiões. Embora concordemos com o pensamento de De Blois, ressalvemos que não nos soa apropriado concebemos a mudança nos termos de um “súbito desaparecimento”; desde os tempos dos Severos se desenrolava um processo de ascensão dos equestres no âmbito do exército, que passaram a assumir os postos de comando

---

reservados aos senadores (ver acima, n. 24) e, ademais, o último tribuno laticlavo de quem se tem segura notícia data do ano 249, ou seja, de um período anterior às reformas de Galieno.

<sup>28</sup> O edito, neste caso, corroborou um processo que remontava às décadas anteriores. Como indica Burns (2003, p. 296), boa parte dos integrantes da aristocracia imperial já havia se eximido da carreira militar mesmo antes do final do século II, ao passo que os próprios soldados não teriam interesse em obedecer ao comando dos senadores, os quais estavam tão pouco familiarizados e que tampouco se importavam com as realidades de suas vidas.

<sup>29</sup> De acordo com Cizek (2004, p. 70), “as repercussões desta medida de Galieno foram imensas para a sorte do Império, para a hierarquia social e militar e para a evolução das mentalidades. Galieno, talvez sem intenção, foi a chaga aberta de uma ampla transformação do exército. Os novos governadores e generais de nível equestre eram ambiciosos, mas de modo algum ligados aos antigo sistema de valores”.